

A MOBILIZAÇÃO E A CONTRAMOBILIZAÇÃO EM TORNO DO ABORTO - OS ENFRENTAMENTOS ENTRE FEMINISTAS E REPRESENTANTES DO VATICANO NA CONFERÊNCIA DO CAÍRO DE 1994

Luciano Batista de Oliveira¹

1. INTRODUÇÃO

As questões ligadas à descriminalização do aborto são umas das dimensões mais desafiadoras no âmbito político, que acabam por gerar uma espiral de disputas entre os movimentos pró-aborto e anti-aborto. Nesse sentido, visa-se examinar o conflito ocorrido entre as feministas e o Vaticano na Conferência do Cairo em 1994. A ideia é analisar a articulação discursiva e estratégica daqueles dois atores nesse cenário político internacional.

O argumento central trabalhado neste artigo se refere à mudança de rumo que toma o conflito entre feministas e o Vaticano na década de 1990. As feministas articulam um discurso político baseado na gramática dos direitos humanos e fazem alianças que estabelecem um terreno político fértil à vitória e à inclusão dos direitos sexuais e reprodutivos na política internacional adotada na Conferência do Cairo de 1994, a qual pode influenciar alterações legislativas nos Estados que compõem as Nações Unidas (ONU). E, por outro lado, o Vaticano, ao perceber que seu discurso, existente desde a Conferência do México de 1984, é desprestigiado, minado e substituído pelo das feministas, vê-se obrigando a criar um novo discurso político internacional, que é baseado nos direitos humanos e na sua ligação com a bioética para proteção da vida e da existência do feto.

O exame se inicia com a análise detida do processo político no qual as feministas americanas desenvolvem seus discursos e suas estratégias de ação política, o que ocorre nos Estados Unidos, e depois nos seus desdobramentos no cenário internacional, em especial na Conferência do Cairo de 1994, findando na análise da mobilização do Vaticano diante da nova disputa política. Os dados

¹ Dourando e Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisador e membro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e do Laboratório de Estudos de Política e Criminologia da Unicamp. Docente de Direito e de Ciências Sociais e Políticas.

levantados têm por base fontes primárias oriundos de atas e documentos publicados por esses atores e, ainda, com fundamento na bibliografia que explica muitas das nuances do período.

Portanto, o intento é examinar a mobilização das feministas e a contramobilização do Vaticano na Conferência do Cairo de 1994, o que é realizado com base nos discursos e alianças realizadas, tendo por base uma perspectiva processual dos fatos políticos ao longo do tempo.

2. O PROCESSO POLÍTICO DE VITÓRIA DAS FEMINISTAS NA CONFERÊNCIA DO CAIRO EM 1994

2.1. O RESULTADO FAVORÁVEL DA CONFERÊNCIA DO CAIRO EM 1994

Na Conferência do Cairo de 1990, os grupos de mulheres obtiveram uma importante vitória política: uma política internacional populacional mesclada aos direitos sexuais e reprodutivos. Nesse caso, o Comitê Internacional da Conferência sobre População e Desenvolvimento no Cairo, em 1994, busca implementar uma política incomum que ratifica a vitória das feministas, expedindo um Programa de Ação, que representa um acordo efetivado entre as feministas e os responsáveis pela Conferência, os neomalthusianos.

A esse respeito, explicam HODGSON e WATKINS (1997, p. 467) que tal política populacional se une à do sistema de direitos sexuais e reprodutivos das feministas, e que ambos os movimentos falam em termos de um “terreno comum”: os neomalthusianos se comprometem a uma estratégia de equidade de gênero para alcançar a estabilização da população, e concordam programaticamente em suplementar atividades de saúde; e as feministas oferecem, por sua vez, apoio aos objetivos neomalthusianos.

Entretanto, apesar desse acordo bem-sucedido na Conferência do Cairo em 1994, tal vitória é decorrente de processos políticos e sociais anteriores que a influenciam. O primeiro deles é a adoção do direito como léxico para mobilização política; e, o segundo, refere-se à aproximação e aliança das feministas americanas com os neomalthusianos e com o Presidente Bill Clinton em 1992.

2.2. ADOÇÃO DO LÉXICO JURÍDICO COMO DISCURSO E INSTRUMENTO DE DISPUTA NO CENÁRIO POLÍTICO

A mobilização do léxico do direito pelas feministas se inicia após a decisão da Suprema Corte Americana no caso *Roe vs Wade*², em que se inicia a mobilização e o uso do direito como um instrumento de disputa e como discurso político para convencimento nas demandas pela expansão dos direitos das mulheres.

A partir desse caso jurídico emblemático, a Suprema Corte Americana reconhece os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e abre, por isso, um importante precedente, porque fica claro que a linguagem dos direitos pode ser mobilizada para a obtenção de vitórias pontuais, como o acesso à contracepção e ao próprio aborto (HODGSON e WATKINS, 1997; STETSON, 2003).

E isso é possível, pois os símbolos legais agem como “lentes cognitivas” através das quais os indivíduos e os grupos constroem suas relações, práticas e conhecimentos para incorporá-los em queixas, identidades e objetivos (SILVERTEIN, 1996; PEDRIANA, 2006; HILSON, 2009). Nesse sentido, os agentes políticos podem interpretar a realidade, trabalhar com modelos ou esquemas interpretativos (frames), que permitem a identificação dos problemas que os afligem, os meios para confrontá-los e os signos que conformam o discurso político a ser mobilizado, o que pode se dar por meio do léxico jurídico, que se torna uma cultura-base de mobilização social e gera uma hierarquização entre argumentos possíveis, no sentido de que uns são minorados, enquanto que outros, os jurídicos, são valorizados. Isso se torna nítido quando se está em jogo a ideia dos direitos fundamentais constitucionais e humanos, porque se pode produzir uma “consciência de direitos”, que permite aos indivíduos e grupos imaginar e agir à luz dos direitos no Judiciário (McCANN, 1994).

Essa percepção nova sobre o direito como recurso político, porém, aprofunda-se somente a partir do confronto contra o movimento pró-vida, que surge após a decisão da Suprema Corte no caso citado, porque, diante dela, também precisa

² Esse caso é uma referência no direito constitucional dos EUA, pois estabelece o aborto como um direito fundamental e que exerce grande influência no debate do assunto. No caso, McCorvey busca a autorização para a realização do aborto na década de 1970, no Texas, onde tal ato é criminalizado. Como esse direito é negado, ela busca processar Henry Wade, um promotor do condado de Dallas, utilizando-se do pseudônimo “Jane Rose”, para obter um julgamento que declare a inconstitucionalidade da legislação do Texas para permissão do aborto. Após inúmeras apelações, o caso é direcionado para a Suprema Corte Americana, a qual julga o caso, deferindo os direitos de Jane Rose, permitindo o processo abortivo.

aprender a melhor maneira de se utilizar a linguagem dos direitos para impedir o aborto.

Essa ação política com base no linguajar dos direitos se estende para a mobilização do movimento pró-vida perante o Congresso Americano com a propositura de duas emendas, uma de natureza legal e outra de natureza constitucional. A primeira visa à limitação do financiamento público para efetivação do aborto pelas mulheres e a segunda a tornar esse procedimento um ato ilícito. Nesses casos, a representante Henry Hyde propõe essas duas iniciativas legislativas, que acabam por ser denominadas de “Emenda Hyde”, e que se fundamentam em um discurso que gira em torno de um *frame* contrário aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres: o do direito à vida do feto, sendo entendido como um ser indefeso e que espera para nascer, e o ato abortivo como violento e tendente à eliminação de uma pessoa (STETSON, 2003).

As feministas, por outro lado, buscam reativar o léxico jurídico-político efetivado na decisão do caso *Roe versus Wade*. Entendem que o caso deve ser articulado com base nos direitos das mulheres, em especial, o direito à autonomia de tomar decisões sobre o aborto, o que torna ilegal a restrição do financiamento público pretendido pela Emenda Hyde e demonstra o seu impacto negativo ao prejudicar mulheres pobres e necessitadas, que enfrentam sozinhas as consequências dos abortos clandestinos (STETSON, 2003).

Esse confronto político, no entanto, não fica adstrito ao espaço público, expandindo-se para dentro do Congresso Americano em meados de 1977, pois a Câmara e o Senado têm posições opostas perante o exame da Emenda Hyde. A Câmara, impulsionada pelo movimento pró-vida, visa restringir o financiamento legal do aborto aos casos de perigo de vida da mãe. O Senado, por sua vez, vincula o exame ao âmbito da saúde, da educação e do bem-estar, pretendendo que a restrição legal contemple mais exceções autorizativas do aborto (STETSON, 2003).

Nesse embate, porém, o Senado é o vencedor, mas seu entendimento também é modificado. Em primeiro, Henry Hyde apresenta outra emenda no ano seguinte e garante a proibição, ressaltando a permissão ao aborto no caso de risco de vida da mãe, o que se torna o padrão para as decisões em todas as sessões do Congresso na próxima década. Em segundo, essa medida legislativa é julgada

constitucional pela Suprema Corte Americana em 1980, o que também recebe apoio do então Presidente Jimmy Carter (STETSON, 2003)³.

A derrota política das feministas está aparentemente sedimentada, porém, tal configuração toma outro caminho quando Bill Clinton é eleito Presidente dos EUA em 1992. Esse novo ator político de peso coloca-se como a favor do direito ao aborto e dá apoio à iniciativa das feministas de ampliar esse direito. Assim, quando o projeto da Emenda Hyde é apresentado e aprovado no Congresso, ele, Bill Clinton, ao recebê-lo, veta-o e, no mesmo ato, aproveita para reinserir o debate sobre gênero, solicitando o discurso de mulheres sobre as consequências de um aborto tardio, tendo por fim demonstrar a necessidade do financiamento público para a realização do procedimento médico (STETSON, 2003)⁴.

2.3. O PROCESSO POLÍTICO DE ALINHAMENTO ENTRE AS FEMINISTAS, O MOVIMENTO NEOMALTHUSIANO E O PRESIDENTE BILL CLINTON

Essa vitória demonstra a ascensão do discurso dos direitos sexuais e reprodutivos na mobilização das feministas no âmbito interno americano, porém, não se efetiva somente por isso e não explica a sua articulação no âmbito internacional. Pode-se dizer também que parte desse processo para ocorrer é influenciado por outro fator que ajuda na vitória ocorrida no Cairo em 1994 e que se refere às alianças políticas construídas em momentos anteriores no cenário americano contra o Presidente Ronald Reagan e que, logo depois, são mobilizadas no cenário internacional.

Em 1980, o Presidente Ronald Reagan⁵, que é contrário ao aborto e às políticas populacionais, é eleito. Em razão dessas posições, adota uma posição provida e entende que a variável populacional é neutra na relação com o crescimento econômico, e que o controle estatal excessivo é o responsável pela estagnação do crescimento da população. Tais políticas contrárias às agendas feministas e à dos neomalthusianos é imposta e efetivada na Conferência do México em 1984. Reagan adota uma posição anti-malthusiana e mina por completo os programas de controle de fertilidade (que inclui o aborto como método

³ Presidente no período de 1977 a 1981.

⁴ Essa aliança entre as feministas e o então Presidente Bill Clinton é aprofundada adiante e se busca mostrar as ligações com o movimento neomalthusiano também.

⁵ Presidente no período de 1981 a 1989.

contraceptivo), e termina com o financiamento das atividades de planejamento familiar estrangeiro de organizações, que oferecem o aborto como modo de controle de natalidade (HODGSON e WATKINS, 1997)⁶.

Diante dessa postura, a aproximação entre feministas e os neomalthusianos se inicia e é realizada pela Coalizão Internacional para a Saúde da Mulher (IWHC, *International Women's Health Coalition*). No caso, a IWCH formula uma agenda feminista que engloba uma aliança entre as próprias feministas e os neomalthusianos, pois articula antes um “pacote ideológico” ligando seu compromisso de proteger e melhorar a saúde da mulher com uma política de controle populacional (HODGSON e WATKINS, 1997).

No entanto, a aproximação entre feministas e neomalthusianos somente ganha força e enlace com o aparecimento de um aliado em comum em 1992: o novo Presidente dos EUA, Bill Clinton⁷, porque, ao assumir o cargo, extingue a política de Reagan adotada na Conferência do México, assume de forma inequívoca que o crescimento populacional não é um fenômeno neutro no processo de desenvolvimento econômico e, ainda, adota uma posição pró-escolha no caso do aborto (HODGSON e WATKINS, 1997).

2.4. O PROCESSO POLÍTICO DE VITÓRIA POLÍTICA NA CONFERÊNCIA DO CAIRO (1994) E A DERROTA DO VATICANO

Essa aliança política contribui para a vitória das feministas no Cairo em 1994, porque, ao mobilizarem o discurso jurídico no cenário internacional, e ao serem referendadas por outros atores importantes nesse cenário, como os neomalthusianos, tem início uma desestabilização no discurso hegemônico do Vaticano, que havia sido predominante na conferência anterior, no México em 1994.

Sobre esse ponto, o Vaticano, na Conferência do México de 1984, estabelece um discurso pautado numa visão de controle populacional e de defesa da família. Nesse sentido, entende que os sistemas econômicos internacionais devem garantir a dignidade, a justiça e a paz às pessoas para que possam cuidar e educar as suas famílias, que é, nessa visão da instituição, um direito dado por Deus. Assevera,

⁶ Ademais, nessa ocasião, o Presidente Ronald Reagan obtém apoio do Vaticano, pois sua agenda representa uma ação contrária à agenda progressista das feministas (CORREIA, 1994).

⁷ Presidente no período de 1993 a 2001.

também, que as economias internacionais não podem visualizar as pessoas e as famílias como números, mas como seres titulares de direitos e merecedores de respeito e, logo, possuidores de dignidade humana, bem como que, nas políticas de controle populacional adotadas, não se deve incluir como método de controle o aborto e os contraceptivos (VATICANO, 1984).

Ademais, o Vaticano obtém apoio do então Presidente Ronald Reagan que, conforme apontado anteriormente, referenda a posição do Vaticano, por ser contrário ao aborto e às políticas populacionais⁸. E justamente consegue uma vitória, que é a produção de uma política demográfica sem a inclusão do aborto e dos contraceptivos como métodos de controle populacional (CORPRÊA, 1994).

Porém, essa vitória começa a ser minada em função da articulação internacional das feministas e de suas alianças, já estabelecidas em solo americano anteriormente, nos preparativos da Conferência do Cairo. Nesse período anterior, as feministas em conjunto com os neomalthusianos e, com o apoio do Presidente Bill Clinton, conseguem produzir uma minuta que mescla uma política de controle populacional com os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (COHEN e RICHARDS, 1994).

E, no período de realização da Conferência, essa aliança é vitoriosa, em especial pela ação e apoio do Presidente Americano Bill Clinton. Tal apoio é essencial, pois Bill Clinton nomeia Timothy W. Wirth (ambientalista e defensor do controle populacional) como principal porta-voz da Administração e o encarrega para organizar a preparação da Conferência do Cairo em 1994, o qual vincula a perspectiva neomalthusianismo a das feministas como política híbrida a ser efetivada. Assim, inúmeras metas feministas são congradadas, tais como: atendimento à demanda e ampliação dos serviços de saúde reprodutiva; respeito aos direitos humanos básicos das mulheres, garantindo que elas tenham direitos econômicos; a adaptação de programas populacionais para o enfrentamento dos problemas de adolescentes e mulheres na concepção; e, a implementação de programas e estratégias para o desenvolvimento sustentável (HODGSON e WATKINS, 1997).

⁸ A Administração Americana se alinha com o Vaticano nas discussões sobre o aborto e, ato contínuo, retira apoio financeiro às instituições internacionais envolvidas com atividade de controle populacional (CORRÊA, 1994)

O Vaticano percebe essa ofensiva, que é contrária ao seu posicionamento sedimentado desde a Conferência do México em 1984. Por isso, começa a se contramobilizar em busca de apoio e alianças também. Nesse sentido, articula-se por três vezes: busca alianças dentro da própria Conferência, enviando uma carta, em 18 de março de 1994, à Secretária Geral da Conferência do Cairo (VATICANO, 1994a); depois se articula perante os membros da ONU, em 19 de março de 1994, enviando uma carta à cada um dos seus membros para rechaçar o apoio à mobilização feminista (VATICANO, 1994b); e, por fim, busca influenciar as posições dos estados islâmicos (Arábia Saudita, Sudão, Iraque e Líbano), os quais boicotam a reunião do Cairo (COHEN e RICHARDS, 1994).

O discurso mobilizado para persuasão dos demais atores políticos é carregadamente ético e os *frames* articulados são basicamente três: a família, o casamento e a vulnerabilidade da criança e da mulher. A família é considerada um bem que não pode ser dispensado nos debates internacionais (VATICANO, 1994a), pois é um valor natural, moral e religioso (VATICANO, 1994b). No que se refere ao casamento, é entendido como uma instituição natural, fundamental e universal (VATICANO, 1994b); e, por fim, sobre o caso das crianças e das mulheres são vistos como sujeitos sociais vulneráveis e que devem ser valorizados e protegidos (VATICANO, 1994a)⁹.

Entretanto, apesar de todas as tentativas para se angariar apoio ao seu posicionamento, o Vaticano é derrotado na Conferência do Cairo.

3. O NOVO PROCESSO POLÍTICO DE CONTRAMOBILIZAÇÃO DO VATICANO

Essa derrota do Vaticano, por sua vez, representa um fato significativo, pois os órgãos internacionais não estão mais a favor da sua agenda e de seu discurso, fortemente preso a uma perspectiva ética e ao contexto político da Conferência do México de 1984. Por isso, tem de reformular sua estratégia contra aquilo que passa a ser classificado enquanto “cultura da morte” (PAULO II, 1995, item 12)¹⁰, adotando

⁹ Ademais, esses argumentos são articulados com base em uma visão negativa a respeito da mobilização das feministas e dos EUA, pois mobilizam perspectivas advindas de países ricos e extremamente individualistas, segundo o ponto de vista do Vaticano (VATICANO, 1994 a, b e c)

¹⁰ A esse respeito, o Papa João Paulo II entende a “cultura da morte” como um fenômeno político relacionado a um conjunto de ações políticas perpetradas por correntes culturais, econômicas e políticas com o

uma nova gramática de discurso político, que se inicia com a publicação da Encíclica *Evangelium Vitae* (EV), escrita pelo Papa João Paulo II, em 1995, para proteção da vida como valor absoluto e que é protegida por uma perspectiva dos direitos humanos, ligada ao biodireito e submetida à visão religiosa da instituição (PAULO II, 1995, item 01).

Essa perspectiva, então, permite ao Papa valorar todo ato atentatório à vida humana como sendo um ato humano e evitado de inveja do demônio. O aborto em específico, nos dizeres de João Paulo II (1995, item 58), é um ato provocado contra a vida e que é particularmente abjurável por ser direcionado contra o embrião, que é um ser contemplado nas escrituras¹¹.

Entretanto, João Paulo II (1995, item 58) também afirma que a aceitação do aborto nas mentalidades humanas, nos costumes e nas leis, é o sinal de uma perigosa crise moral que faz com que o homem, pouco a pouco, não saiba distinguir entre o bem e o mal, mesmo quando está em jogo o direito fundamental à vida. Sob tal aspecto, o direito é considerado um dos fatores que obscurecem a consciência humana, legitimando atos contra a vida; e essa legitimação ocorre na situação de direitos que o Estado deve reconhecer aos cidadãos e, conseqüentemente, materializam-se como serviços passíveis de exigência enquanto assistência segura e gratuita prestada por médicos e por profissionais da saúde (JOÃO PAULO II, 1995, item 68).

É com base nessa constatação e crítica em relação ao direito que o Papa busca reinterpretá-lo, ontologizá-lo ao submetê-lo ao valor absoluto da vida. Inicia isso estabelecendo a relação entre a lei civil e a lei moral, e o objetivo de ambas. Assevera que o papel da lei civil é diferente e diverso do da lei moral, mas que não pode substituir a consciência, nem pode ultrapassar a sua própria competência, qual seja: assegurar o bem comum das pessoas, mediante o reconhecimento e defesa dos direitos fundamentais, a promoção da paz e da moralidade pública, bem como a proteção do primeiro e fundamental direito, que é, no seu dizer, a da inviolabilidade do direito à vida de todo ser humano inocente (PAULO II, 1995, item 79).

foco na relativização do conceito de vida e do direito à vida e, logo, na imposição de uma cultura antissolidária (PAULO II, 1995, item 12).

¹¹ Segundo João Paulo II: "Vossos olhos contemplaram-me ainda em embrião" (Sal 139 138, 16) – PAULO II, 1995, item 58.

João Paulo II, após estabelecer o fundamento ético de sua perspectiva, bem como ao essencializar o direito, relacionando-o com à ética cristã, busca que tais premissas sejam aprofundadas e difundidas. Por isso, determina a criação da Pontifícia Academia para a Vida, nos seguintes termos, *ipsis litteris*:

"Também os intelectuais muito podem fazer para construir uma nova cultura da vida humana. Responsabilidade particular cabe aos intelectuais católicos, chamados a estarem ativamente presentes nas sedes privilegiadas da elaboração cultural, ou seja, no mundo da escola e das universidades, nos ambientes da investigação científica e técnica, nos lugares da criação artística e da reflexão humanista. Alimentando o seu génio e ação na seiva límpida do Evangelho, devem comprometer-se ao serviço de uma nova cultura da vida, através da produção de contributos sérios, documentados e capazes de se imporem pelos seus méritos ao respeito e interesse de todos. Precisamente nesta perspectiva, instituí a Pontifícia Academia para a Vida (...)"(EV, 98)

O papel da Academia Pontifícia é o de estudar os problemas de seu tempo e os intelectuais que a compõe devem relacionar a biomedicina ao direito e, ainda, com a moral cristã e com as diretrizes do Magistério da Igreja, tendo por fim a promoção e a defesa da vida (João PAULO II, 1995, item 98).E assim o fazem, tanto que realizam um Concílio entre as datas de 23 a 25 de maio de 1996. Em tal Assembleia, deliberam sobre a possibilidade de estabelecer uma ponte entre a ciência e a ética, e, especialmente, entre ética e o direito (SGRECCIA, 1996). O debate parte da constatação de que, naquele momento histórico, as questões de bioética ganham importância e que devem ser relacionadas com o direito, criando-se o biodireito (SGRECCIA, 1996).

Essa ligação entre bioética e o direito tem um foco estratégico: não apenas definir e estabelecer essa relação, mas reivindicar a legitimidade de um discurso ético no campo social e sua relevância no campo legal (SGRECCIA, 1996). Nesse sentido, o direito deve se submeter à ética, difundindo-se pelos meandros sociais. Conforme Torres, (1996, p. 36), essa relação é necessária para se definir princípios éticos capazes de direcionar a ação humana diante das aquisições científicas e tecnológicas que afetam a vida e, ainda, para as escolhas políticas e legislativas que são feitas, bem como para o campo biomédico, a fim de organizar comportamentos individuais e critérios sociais segundo a ética (ordem bioética) e a justiça (ordem jurídica).

Entretanto, apesar dessa relação entre bioética e o direito parecer neutra e científica, possui uma de lógica introdução de dogmas religiosos na produção legislativa, tendo sua porta de entrada pela bioética. Isso fica claro quando se analisa o discurso de Francesco de D'agostino. Segundo esse cardeal, a teologia tem uma função epistemológica sobre o direito: não impor sua relação vertical com Deus (direito divino), mas, sim, apontar um modo específico de se compreender as coisas, isto é, apontar para o direito um novo horizonte de significado que estaria expresso no *Evangelium Vitae*, como a proteção à vida de quem nasce e de quem vive e, ainda, os problemas relacionados à liberdade absoluta infiltrada nos direitos humanos (D'AGOSTINO, 1996, p. 49).

Assim, as bases de um novo discurso, que alia a bioética ao direito, são lançadas. O próximo passo é desenvolvê-las enquanto um discurso político para proteção do feto e contra o aborto, o que é realizado no Concílio de 1997, no qual inúmeros intelectuais participam para produzir um discurso multidisciplinar e duas perspectivas são trabalhadas: a relação entre bioética e biodireito; e a produção de conhecimentos multidisciplinares para entendimento do estatuto científico, antropológico, ético e normativo do embrião (RAMOS, 2007).

A participação acadêmica desse grupo redundou na produção do livro intitulado "Identidade e Estatuto do Embrião humano", sob a coordenação do Cardeal Elio Sgrechia e de Juan de Dios Vial Correa. Trata-se de uma obra que gira em torno da ideia de se criar um estatuto para o embrião, ou seja, criar um conjunto de conhecimentos acerca da vida do embrião, ou, conforme João Paulo II o expressa, sua finalidade é restaurar a dignidade humana da vida e a da lei e da política (PAULO II, 1995, p. 18).

4. CONCLUSÃO

Este artigo constata que o enfrentamento entre as posições dos movimentos de mulheres e o Vaticano toma um novo rumo na década de 1990. As feministas conseguem articular um discurso político poderoso, que está ligado com o modo de se mobilizar do período, que é o discurso jurídico, com alianças que criam um terreno político propício à vitória e à inserção dos direitos sexuais e reprodutivos em uma política de caráter internacional, que pode influenciar e sugerir alterações

legislativas nos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU). E o Vaticano, por sua vez, vê seu discurso, existente desde a Conferência do México de 1984, ser desprestigiado e minado, cedendo lugar ao das feministas, obrigando-o a se “reinventar”, substituindo um discurso político internacional carregadamente ético e valorativo por outro de caráter jurídico, espelhando-se no contexto de conflitos que se insere e científico para fazer valer seu ponto de vista.

Um ponto saliente desse confronto é que a relação mobilização-contramobilização não pode ser analisada em abstrato, mas no fluxo dos acontecimentos nos quais o conflito se dá. Nesse sentido, o artigo aponta que examinado é uma sucessão de fatos políticos ligado à vitória e à derrota desses atores, fazendo com que cada um se reinvente para obter um resultado político mais favorável. No contexto da Conferência do Cairo de 1994, as feministas conseguem uma vitória política importante sobre o Vaticano mesmo após a derrota na Conferência do México de 1984, que é superada com o amearhar de experiências adquiridas no contexto americano (léxico jurídico e alianças) e com a articulação estratégica no cenário internacional. O Vaticano, por outro lado, vê seu capital político construído naquela Conferência ser fulminado, devendo reformular sua estratagemas de articulação internacional.

Outro saldo positivo é notar que a ação estratégica no Vaticano, ao reformular seu discurso, culmina na criação de um novo aporte institucional para desenvolvê-lo, aprofundá-lo e disseminá-lo entre os crentes, não crentes, entre os cardeais e para a própria mobilização dela. Tal ponto, por conseguinte, merece um aprofundamento em estudos posteriores, o que é a intenção.

Portanto, o presente artigo elucida um ponto da literatura pouco desenvolvido no Brasil, permitindo se verificar que o conflito entre as feministas e o Vaticano toma novas formas e proporções na Conferência do Cairo de 1994, o que influencia a ação de cada ator em momentos posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. *Relações Internacionais e Temas Sociais*. Brasília: IBRI, 2001

_____A polêmica Malthus *versus* Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica. Rio de Janeiro : Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002

BENFORD, Robert D. Master frame. In: The Wiley-Blackell Encyclopedia of Social and Political Movements. EUA: Wiley Online Library, 2013.

CORRÊA, Sônia; JANNUZI, Paulo de Martino; ALVES, José Eustáquio Diniz. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. Rio de Janeiro: UNFPA-Brasil, 2003.

COHEN, Susan A.; RICHARDS, Cory L. The Cairo Consensus: Population, Development And Women. EUA: Family Planning Perspectives, Vol. 26, Número 6, 1994.

D'AGOSTINO, Francesco. La teologia del diritto positivo: annuncio cristiano e verità del diritto. In: Evangelium vitae and law, 1996.

ERNST, Julia L.; KATZIVE, Laura; SMOCK, Erica. 'The global pattern of US initiatives curtailing women's reproductive rights: a perspective on the increasingly anti-choice mosaic'. Journal of Constitutional Law, 2004.

EUSEBI, Luciano. Proteção do embrião: perfis jurídicos. In: Identidade e estatuto do embrião: atas da terceira assembleia da Pontifícia Academia para a Vida. CORREA, Juan de Dios Vila; SGRACCIA, Elio (org). Bauru: Edusc, 2007.

FANTI, Fabiola. Mobilização social e luta por direitos: um estudo sobre o movimento feminista. Campinas: Unicamp, tese de Doutorado, 2016

GLANDON, MARY ANN. Women's identity, women's rights and the civilization of life. In: Evangelium vitae and law, 1996.

GILLESPIE, DG Viewpoint. Whatever happened to family planning and, for that matter, reproductive health? California: International Family Planning Perspectives, 2004.

HILSON, Chris. Legal Framing and Social Movement Research: An Overview and an Assessment. EUA: *Journal of Law and Society*, Vol. 36, n.º 1, 2009.

HODGSON, Dennis; WATKINS, Susan Cotts. "Feminists and Neo-Malthusians: Past and Present Alliances". Population and Development Review, vol. 23, no. 3, 1997.

McCANN, Michael W. Rights at work: pay equity reform and the politics of legal mobilization. Chicago/London: Universidad de Chicago, 1994.

_____. Poder Judiciário e mobilização do direito: uma perspectiva dos usuários. In: DUARTE, Fernanda; KOERNER, Andrei (Org.). *Revista da Escola da Magistratura Regional Federal, Escola da Magistratura Regional Federal, Tribunal Regional Federal da 2ª Região*. Cadernos Temáticos – Justiça Constitucional no Brasil: política e direito. Rio de Janeiro: EMARF – TRF 2ª Região, 2010.

MELINA, Livio. Questões epistemológicas a respeito do estatuto do embrião humano. In: Identidade e estatuto do embrião: atas da terceira assembleia da Pontifícia Academia para a Vida. CORREA, Juan de Dios Vila; SGRACCIA, Elio (org). Bauru: Edusc, 2007.

MEYER, Carinne; SEIMS, Sara. The Unique Role of U.S. Foundations in International Family Planning and Reproductive Health. Nova Iorque: Journal of Women's Health, Volume 19, Number 11, 2010.

PALAZZANI, Laura. Os significados do conceito filosófico de pessoa e suas implicações no debate atual sobre o estatuto do embrião humano. In: Identidade e estatuto do embrião: atas da terceira assembleia da Pontifícia Academia para a Vida. CORREA, Juan de Dios Vila; SGRACCIA, Elio (org). Bauru: Edusc, 2007.

PAULA, Ignacio Carrasco. O respeito devido ao embrião humano: uma perspectiva histórica e doutrinária. In: Identidade e estatuto do embrião: atas da terceira assembleia da Pontifícia Academia para a Vida. CORREA, Juan de Dios Vila; SGRACCIA, Elio (org). Bauru: Edusc, 2007.

PAULO II, João. Carta Encíclica Evangelium Vitae: sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. São Paulo: Paulinas, 1995.

PEDRIANA, Nicholas. From Protective to Equal Treatment: Legal Framing Processes and Transformation of the Women's Movement in the 1960s. Chicago: Universidade de Chicago, *American Journal of Sociology*, vol. 111, n. °6, 2006.

PONTIFÍCIA ACADEMIA PARA A VIDA. Identidade e estatuto do embrião: atas da terceira assembleia da Pontifícia Academia para a Vida. CORREA, Juan de Dios Vila; SGRACCIA, Elio (org). Bauru: Edusc, 2007.

RAMÓN, Lucas. O estatuto antropológico do embrião humano. *In: Identidade e estatuto do embrião: atas da terceira assembleia da Pontifícia Academia para a Vida*. CORREA, Juan de Dios Vila; SGRACCIA, Elio (org). Bauru: Edusc, 2007.

RUIBAL, Alba M. Movilización y contra-movilización legal: propuesta para su Análisis en América Latina. *In: Política y gobierno*. Argentina: Conicet, v. XXII, 2015.

SERRA, Angelo; COLOMBO, Roberto. Identidade do embrião humano: a contribuição da biologia. *In: Identidade e estatuto do embrião: atas da terceira assembleia da Pontifícia Academia para a Vida*. CORREA, Juan de Dios Vila; SGRACCIA, Elio (org). Bauru: Edusc, 2007.

SGRECCIA, Elio. Le legislazioni sulla corporeità. Il saluto della Pontificia Accademia per la Vita. *In: Evangelium vitae and law*, 1996.

SERRA, Angelo; COLOMBO, Roberto. Identidade do embrião humano: a contribuição da biologia. *In: Identidade e estatuto do embrião: atas da terceira assembleia da Pontifícia Academia para a Vida*. CORREA, Juan de Dios Vila; SGRACCIA, Elio (org). Bauru: Edusc, 2007.

SILVERSTEIN, Helena. Unleashing Rights: Law, Meaning, and the Animal Rights Movement, 1996.

STETSON, Dorothy McBride. *US Abortion Debates 1959–1998: The Women's Movement Holds on*. In: STETSON, Dorothy McBride (Org.). *Abortion politics, women's movements, and the democratic state: a comparative study of state feminism*. Oxford University Press, 2003.

TORRE, Giuseppe Dalla. Le leggi contro la vita: il loro significato politico-giuridico. . *In: Evangelium vitae and law*, 1996.

VATICANO. Mensagem do Papa João Paulo II a Rafael M. Salas, Secretário-geral da Conferência Internacional de 1984 sobre a população. Santa Sé, 1984.

_____ Carta do Papa João Paulo II ao secretário-geral da conferência internacional sobre população e desenvolvimento. Santa Sé, 1994.

_____ Cartas aos Chefes dos Estados Membros da ONU, sobre o tema

próxima Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Santa Sé, 1994b.

_____ *Evangelium and Law*, 1996

_____ Intervento dell'arcivescovo Jean-Louis Tauran
alla vi assemblea generale della Pontificia Accademia per la Vita, 2000.